

Adiadas negociações com o Fundo Monetário

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro decidiu adiar por mais uma semana a retomada de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A missão de técnicos daquele organismo, chefiada pelo diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, Sterie Beza, prevista para chegar hoje ao País, teve ontem a chegada reprogramada para o dia 17, terça-feira próxima, exatamente no dia em que se reunirá o Conselho da República, no Palácio do Planalto. A expectativa é de que o Conselho discuta novas propostas ao "emendão".

O adiamento do reinício das conversações com o FMI dará mais tempo à área econômica do governo para avançar nas discussões em torno das alternativas ao "emendão". Mas não apenas isso: haverá mais tempo também para a definição no papel dos primeiros números que vão balizar as metas trimestrais dos vários critérios de performance — são cinco, ao todo — previstos em um acordo do tipo "stand by" com o FMI. Uma fonte categorizada do governo adiantou para este jornal que a intenção é firmar um

acordo de 18 meses que se inicie em outubro deste ano, com metas portanto para dezembro de 1991. Neste cronograma, o acordo teria vigência até o final de março de 1993, envolvendo cerca de US\$ 2 bilhões.

As hipóteses básicas que darão sustentação às metas apresentadas à missão do FMI — como um primeiro rascunho sujeito a mudanças no decorrer das negociações — estão contidas no estudo de "consistência macroeconômica" que circula nos principais gabinetes da área econômica e que chegou a ser discutido com o FMI, na semana passada, em Washington. A fonte consultada por este jornal confirmou que os exercícios projetam para dezembro do ano que vem inflação no nível de 2% e trabalham com a perspectiva de que a taxa deste mês de setembro, em torno de 16%, só tenderia a cair daqui em diante.

EXPECTATIVAS

O aperto na execução da política monetária, a conclusão praticamente do processo de liberalização dos preços e o reajuste de algumas importantes tarifas do setor público fazem a equipe imaginar que setembro marque o ponto de refluxo do processo infla-

cionário, de modo que a inflação fique em torno de 7% a 8% ao mês, em média, no período dos próximos 15 meses, até o final de 1992.

Aqueles exercícios levam em conta resultados concretos com a reforma tributária, já em estudo, e ganhos do ponto de vista fiscal com o "emendão". A última estimativa das contas públicas para este ano aponta como resultado, em dezembro, de um déficit operacional (descontando as correções monetária e cambial) da ordem de 2,4% do PIB, equivalendo a superávit primário (além das correções cambial e monetária, desconta também as taxas de juro interna e externa) de 2% a 3% do PIB.

A situação não é, portanto, folgada e faz o próprio ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, antecipar que não haverá espaço para a retomada do investimento das estatais, conforme ele mesmo contou a este jornal na semana passada. Em termos de contas externas, as projeções para este ano supõem um saldo na balança comercial superior aos US\$ 11 bilhões captados no ano passado, a despeito do desempenho moderado dos últimos dois meses.

REVISÃO

Também será revista a

programação monetária definida pela equipe econômica anterior em março deste ano, cobrindo um período de 12 meses para a frente, até março do ano que vem. As metas tanto para a base monetária (emissão primária de moeda) como de meios de pagamento (depósitos a vista mais papel-moeda em poder do público) serão reprogramadas "para acomodarem uma reposição do estoque de moeda que seja compatível com a taxa de inflação", explicou uma fonte governamental, lembrando que a programação anterior embute uma taxa de inflação de 4,5% ao mês, em média. Os novos números devem ser apreciados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), na reunião marcada para o próximo dia 25.

A meta traçada pela equipe do ex-presidente Ibrahim Eris previa uma variação de 20% no critério da média dos saldos diários para o trimestre encerrado em junho e o resultado ficou muito próximo, em 20,9%.

No final deste mês, quando se encerrará o trimestre atual, é possível que não se

Estudos complementares

A pedido do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a missão do Fundo Monetário Internacional que deveria chegar ao Brasil no decorrer desta semana teve a data de sua visita adiada para a próxima semana.

O pedido se prende à necessidade da equipe econômi-

ca de concentrar esforços na elaboração de estudos complementares sobre aspectos da reforma estrutural (o chamado "emendão") e com vistas à preparação de subsídios ao Senhor Presidente da República para a reunião do Conselho da República, a se realizar no próximo dia 17.

consiga repetir o desempenho do trimestre anterior. As metas para o final de setembro foram fixadas em 15% tanto para a base como para o FMI e a previsão mais recente do governo aponta para nível próximo de 25% no trimestre, a despeito do desempenho favorável do mês de agosto.

INFLAÇÃO

Com o nível de inflação ocorrido nos últimos meses — mesmo que haja efetivamente uma reversão nos próximos meses — não se espera na área econômica que a meta monetária de expansão de 35% para o último trimestre do ano seja cumprida, nem a meta de

apenas 5% traçada na programação anterior para o primeiro trimestre do ano que vem.

A próxima missão negociadora do FMI deve demorar pelo menos duas semanas em Brasília. A expectativa do governo é de que volte para Washington já com o esboço da carta de intenções, contendo metas trimestrais para todo o período de vigência do acordo, envolvendo os cinco critérios de performance: déficit pelos conceitos nominal e operacional; endividamento externo; crédito interno líquido; e variação das reservas internacionais.